

Dois sociólogos na Economia

JORNAL DO BRASIL

"Thoughts of a dry brain in a dry season."

(Pensamentos de um cérebro seco numa estação dessecada. — Tr. de Ivan Junqueira)
T. S. Eliot, "Gerontion", 1919

SILVIANO SANTIAGO *

Há um acontecimento novo na República de Weimar (quase escrevi: de Itamar). Uma economia nacional altamente inflacionária está sob a liderança de dois competitivos sociólogos. Ambos se originam de movimentos políticos de esquerda e, por isso, poderiam ter dado as mãos em 93. Analisando-os mais de perto, sabe-se que um, por ter abjurado Deus, perdeu uma importante cadeira estadual. Vamos chamá-lo de leigo. O outro, desde a mais tenra idade, liderou grupos de jovens católicos. Vamos chamá-lo de cristão. Um sociólogo é leigo e o outro, cristão. O que poderia ser mais uma divertida informação de coluna social na verdade não o é, pois o dado inicial, se expandido, se complica.

Se o economista tem uma visão abstrata de sociedades nacionais, já o sociólogo tem carinho pelo mundo institucional de uma dada sociedade. A madrinha da Economia é a Filosofia, e a da Sociologia é a História. O sociólogo acredita que, com o aprimoramento das instituições, aprimora-se o homem que delas faz parte. Um bom estado produz bons cidadãos; uma boa igreja, bons fiéis. O sociólogo leigo tenta remodelar um estado nacional, produto de uma sociedade corrupta; o cristão tenta remodelar uma igreja tida como aliada deste estado, igreja em crise por ser consequência de uma sociedade de consumo perversa. Portanto, tanto uma como a outra "solução" econômica para o país inflacionário visam a fortalecer instituições que estão em vias de desfalecimento, em virtude do alicerce podre (corrupção, perversidade, desemprego, violência etc.), em que foram plantadas e onde cresceram.

Note-se que, para efeito do raciocínio deles, nem a corrupção nem o consumismo estão localizados nas várias classes econômicas ou nas conflitantes camadas sociais que constituem a sociedade brasileira. Cíveis e cidadãos, leigos e cristãos são todos homens de boa vontade. Num teste de "pureza" moral, passariam por inocentes em estágio no limbo, meros espectadores que são do podre. Ninguém ainda é verdadeiramente cidadão neste estado, ninguém ainda é verdadeiramente fiel nesta igreja. Convidados a participarem de um ou de outro modelo de renovação nacional, aí então é que, convertidos ou apóstatas, seriam julgados como bons ou maus. A questão é de fé e, esperem só!, de intolerância. Quando se escuta dizer que é preciso passar o país a limpo, é porque alguém perdeu a memória ou acabou de

lavar as mãos. O otimismo exclui o passado, televisa o presente e olha sobranceiro o futuro.

O dado instigante é que estas duas instituições (Estado e Igreja) tradicionalmente se amam e se detestam no Brasil, pelo menos desde o Segundo Reinado e a Questão religiosa. A querela retornou nos anos 20 e 30 deste século, por ocasião da definição de um modelo educacional para o Brasil, envolvendo, de um lado, Anísio Teixeira, e, do outro, os católicos Jackson de Figueiredo e Tristão de Athayde. O educador que queria desvincular a escola pública da Igreja levou a pior. Nos anos militares o racha interno foi a conduta esquizofrênica da Igreja. Agora o reencontro fim-de-século e televisivo das duas instituições, propondo dois sociológicos modelos econômicos para o Brasil, obriga a máquina da História a soltar apitos na curva do ano-novo. Como o fim de milênio é ecumênico (no Brasil, já o era discretamente desde o governo "protestante" de Geisel), precisa-se atualizar o nome do antagonista do Estado. Trata-se não mais da Igreja (que entre nós foi sempre a Católica), mas de grupos inter-religiosos.

O sociólogo é chegado a um trabalho de campo, portanto, o seu contato com a sociedade é gregário e epidêmico. Uma coluna de fofocas políticas alimentou a diferença entre os dois, dizendo que o leigo aprecia o sabor de concorridos jantares de trabalho e o cristão gosta do cheiro do povo. A solidariedade humana que poderia ser o ponto de contato político acaba ainda não o sendo. O possível e quase utópico zeramento do déficit público de um, onde está em questão o acerto fiscal, não se confunde com o sopão popular do outro, onde está em questão a fome do povo.

De novo, um dado que fica bem numa coluna de fofocas políticas, caso expandido, torna-se interessante. O problema do sociológico modelo econômico é que ele traz para a arena da discussão duas questões complexas que serão apressadamente nomeadas: (1) a inflação de moedas, numa sociedade inflacionária, como miragem de paz social; (2) a cobrança de pedágio, a fim de se chegar a uma divisão eqüitativa de rendas.

Vamos à primeira questão. Como os dados mais visíveis e fundamentais do alicerce sociopolítico brasileiro são a corrupção, o desemprego e a violência, ambos os modelos econômicos trazem valores redentores, também políticos e sociais, para o palco das soluções pragmáticas: respectivamente, a honestidade civil e a caridade pública. Tanto a honestidade civil quanto a caridade pública criaram, nas malhas dos dois modelos econômicos, as suas respectivas moedas, que devem ser legitimadas pela população, já que ambos os sociólogos são democratas. Como a economia é inflacionária, as duas "novas" moedas *a priori* têm de escapar deste vício

fundador. O sociólogo leigo cria uma URV, retomando a velha e batida lição do padrão-ouro: uma moeda de referência estável acaba por endireitar (sem trocadilho) as diabruras anárquicas de uma moeda bastarda. O sociólogo religioso cria uma outra moeda: alimentos não-perecíveis. Dessa forma, preservam-se do duplo desgaste do tempo: ficam livres das mordidas indecorosas da inflação e dos jogos sórdidos da ciranda bancária. Toda dona-de-casa sabe hoje que o estoque de alimentos vale mais do que a moeda do salário no fim do mês.

Essa inflação de moedas acaba por desnortear mais o brasileiro (de classe média, é claro, já que os de baixa ou sem renda mal vêem a cor das moedas), às voltas no seu dia-a-dia inflacionado com pelo menos várias outras "moedas" (se excluirmos as várias implícitas em todos os fundos bancários): o dólar, o cruzeiro real em estado de cartão de crédito, o mesmo em estado de cheque pré-datado, o vale-refeição, o vale-transporte, o cheque Amil ou Golden Cross etc. Para ficar apenas com este, tente encontrar um médico em regime de urgência, verá que só a verdinha abre a agenda.

Vamos à segunda questão. O economista tende a ter uma visão estática da sociedade; já o sociólogo gosta de surpreendê-la no seu movimento. Em trânsito, por assim dizer. Quando tomo o ônibus 474 ou 404 para a Praça 15, invariavelmente entram dois rapazinhos no ônibus, que, gentilmente, passam a seguinte mensagem: gostaríamos que os distintos e distintas chegassem ao seu destino sem violência, por isso não estamos aqui nem para roubar nem para matar. Estamos aqui para solicitar uma contribuição espontânea de cada um. Como não permitem o diálogo, os usuários do ônibus, a caminho (suponho) do trabalho, optam pela divisão eqüitativa de rendas e pela caridade. A nossa sociedade é dada pelos rapazinhos como pródiga e religiosa ou, então — revólver na mão —, violenta.

Outro dia, depois de uma coleta, um passageiro voltou-se e perguntou ao trocador: Qual é mesmo o preço da passagem?

Frente ao Congresso, numa sociedade corrupta, o sociólogo leigo apela para o aumento dos impostos; frente à classe média, numa sociedade consumista, o sociólogo cristão apela para o exercício da esmola. Os dois deixam de lado a aridez das indagações propriamente econômicas e, finalmente, dão as mãos na visão otimista que passam, pois os que têm devem dar um pouco mais aos que nada têm. Com isso, se um fortifica a cobertura política do Estado, o outro faz a cobertura social dos fundos inter-religiosos. Quanto aos alicerces universais desta economia nacional inflacionária, o tempo dirá.